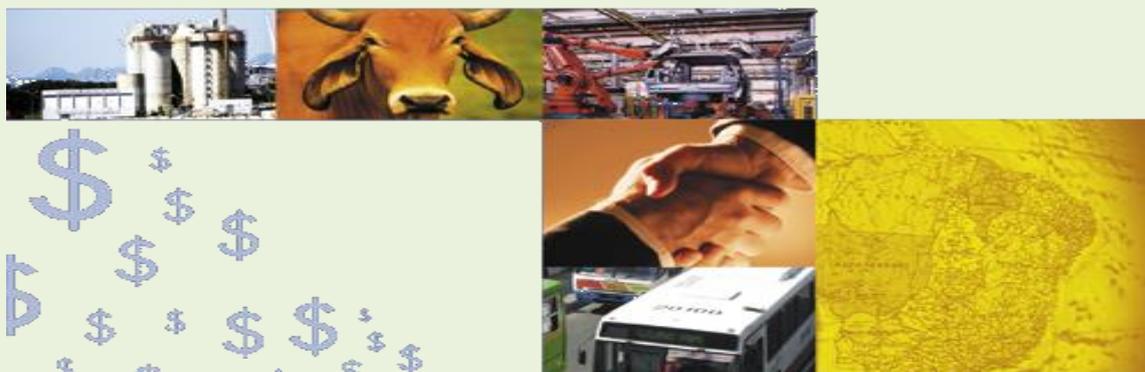


DISTRITO FEDERAL



PRODUTO INTERNO BRUTO DO DISTRITO FEDERAL 2010 - 2013

Brasília-DF, novembro de 2015

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Rodrigo Rollemberg
Governador

Renato Santana
Vice-Governador

**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
DO DISTRITO FEDERAL - SEPLAG**

Leany Barreiro de Sousa Lemos
Secretária

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CODEPLAN

Lucio Remuzat Rennó Júnior
Presidente

Antônio Fúcio de Mendonça Neto
Diretor Administrativo e Financeiro

Bruno de Oliveira Cruz
Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas

Flávio de Oliveira Gonçalves
Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Aldo Paviani
Diretor de Estudos Urbanos e Ambientais

DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS

GERÊNCIA DE CONTAS E ESTUDOS SETORIAIS
Jusçanio Umbelino de Souza - Gerente

NÚCLEO DE CONTAS REGIONAIS
Sandra Regina Andrade Silva - Coordenadora
Eurípedes Regina Rodrigues de Oliveira
Amadeu José de Sousa Tavares

Revisão de Original e Copidesque
Eliane Menezes

Capa
Francisco de Assis Rodrigues (*in memoriam*)

PRODUTO INTERNO BRUTO DO DISTRITO FEDERAL: 2010-2013

Brasília (DF) - novembro de 2015

APRESENTAÇÃO

A Companhia de Planejamento do Distrito Federal – Codeplan divulga, por meio deste documento, a nova série do Produto Interno Bruto do Distrito Federal - PIB-DF, que tem como referência o ano de 2010 e é parte integrante do Sistema de Contas Regionais do Brasil, projeto do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística.

A nova série é produto da reformulação do Sistema de Contas Nacionais, empreendida pelo IBGE, que além de incorporar novas técnicas e aperfeiçoamentos, mudou o ano de referência para 2010. Tais procedimentos foram seguidos pelo Sistema de Contas Regionais, que é totalmente integrado ao Sistema de Contas Nacionais do Brasil.

Este trabalho apresenta informações sobre a evolução do Produto Interno Bruto do Distrito Federal - PIB-DF, de 2010 a 2013, pela ótica da produção e, pela primeira vez, pela ótica da renda, que passa a compor a divulgação anual das Contas Regionais. São publicadas estimativas do valor adicionado bruto por atividade econômica, expressas em valor corrente e em volume, além do PIB a preços de mercado e PIB per capita. Pelo lado da renda, são apresentados os rendimentos obtidos no processo de produção de bens e serviços.

A Codeplan, instituição oficial do Distrito Federal perante o IBGE no Sistema de Contas Regionais, é responsável pelo cálculo do Produto Interno Bruto do Distrito Federal - PIB-DF, cujos resultados integram-se ao produto final do Sistema de Contas Nacionais.

Lucio Rennó
Presidente da Codeplan

SUMÁRIO

Apresentação	4
1 - Introdução	6
2 – Implantação da série – Referência 2010	7
3 – Desempenho da economia do Distrito Federal - 2013.....	9
3.1 – Ótica da produção	11
3.2 – Ótica da renda	17
4 - Tabelas	19
• Tabela 1 - Produto Interno Bruto segundo as óticas da produção e da renda - Distrito Federal - 2010-2013	19
• Tabela 2 - Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto per capita, população residente e deflator – Distrito Federal - 2010-2013	19
• Tabela 3 - Produto Interno Bruto e valor adicionado bruto segundo os setores e as atividades econômicas – Distrito Federal - 2010-2013.....	20
• Tabela 4 - Participação dos setores e atividades econômicas no valor adicionado bruto – Distrito Federal - 2010-2013.....	21
• Tabela 5 - Participação do Produto Interno Bruto e do valor adicionado bruto do Distrito Federal no Brasil segundo os setores e as atividades econômicas - 2010-2013	22
• Tabela 6 – Participação das Grandes Regiões e das unidades da Federação no Produto Interno Bruto do Brasil - 2010-2013	23
• Tabela 7 – Participação dos componentes do Produto Interno Bruto segundo as óticas da produção e da renda - Distrito Federal - 2010-2013	24
• Tabela 8 – Variação real do Produto Interno Bruto e do valor adicionado bruto segundo os setores e as atividades econômicas - Distrito Federal - 2010-2013	25
• Tabela 9 – Variação real do Produto Interno Bruto do Brasil e das unidades da Federação – 2010 -2013.....	26
Glossário.....	27

1 - Introdução

A Codeplan, representante oficial do Distrito Federal no Sistema de Contas Regionais do Brasil, projeto de elaboração de estimativas do Produto Interno Bruto - PIB das Unidades da Federação, divulga informações do Produto Interno Bruto do Distrito Federal, comparável com as demais unidades da Federação e compatível com o Sistema de Contas Nacionais do Brasil.

O projeto Contas Regionais é uma parceria entre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, formalmente estabelecida por meio de convênios. Iniciado em 1996, o projeto envolveu a estruturação de um esquema contínuo de contabilidade regional para geração de informações econômicas, segundo normas e recomendações internacionais, em consonância com práticas seguidas no Sistema de Contas Nacionais do IBGE e compatíveis entre todas as unidades da Federação.

Com a realização da mudança do ano de referência da série de Contas Nacionais de 2000 para 2010, o Sistema de Contas Regionais, referenciado em 2002, também foi ajustado e passou a apresentar os resultados com referência no ano de 2010, compatibilizando-se com o Sistema de Contas Nacionais do Brasil. Uma das principais motivações para revisão do ano de referência das Contas Nacionais foi a inclusão de novas recomendações internacionais, contidas no manual Sistema de Contas Nacionais 2008, documento da Organização das Nações Unidas - ONU, da Comissão Europeia, do Fundo Monetário Internacional - FMI, do Banco Mundial e da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE.

As Contas Regionais passaram a ter o ano de 2010 como marco inicial e referência para os anos seguintes. A implantação da série, em substituição à série referenciada em 2002, com resultados divulgados até 2012, permitiu a atualização de classificações e conceitos, incorporação de novas fontes de dados e a definição de novas estruturas de referência. O novo método de medição do Produto Interno Bruto possibilitou avaliação mais precisa das economias regionais. Assim, os resultados apresentados do Produto Interno Bruto do Distrito Federal – PIB-DF são relativos ao ano de 2013 e aos anos de 2010 a 2012 atualizados.

Pela primeira vez, o PIB-DF é divulgado pela ótica da renda, juntamente com a ótica da produção, o que representa mais um avanço do projeto em direção à construção de um sistema regional completo. A Conta de produção e a Conta de geração da renda são as duas primeiras de um conjunto de contas que estruturam um Sistema de Contas nacional ou regional. Apresentam como a renda é gerada e distribuída. Na Conta de produção, o valor adicionado é o saldo entre o valor da produção de bens e serviços e o valor do consumo intermediário de bens e serviços. A Conta de geração da renda, por sua vez, mostra como o valor adicionado é apropriado pelo fator trabalho, pelo governo (impostos sobre a produção) ou se transforma em excedente operacional das empresas ou rendimento misto das famílias produtoras.

Para o Distrito Federal uma das grandes mudanças observadas com o novo ano de referência foi a menor participação da Administração Pública na geração de renda. Refeitas as Contas, foi constada uma diminuição na participação desta atividade na economia. Isto ocorreu porque agora se avalia melhor o peso da atividade pública na economia local.

A defasagem temporal de dois anos entre a divulgação dos resultados do PIB e o período a que se referem os dados se deve também à defasagem observada na disponibilidade das informações das pesquisas estruturais anuais, produzidas pelo IBGE, que só ficam totalmente acessíveis aproximadamente 18 meses após o encerramento do exercício das empresas

pesquisadas. Essas informações estruturais são incorporadas à base de dados tanto das Contas Nacionais quanto das Regionais e, só a partir de então, assumem o caráter definitivo, condição para os resultados do PIB das unidades da Federação serem encaminhados ao Tribunal de Contas da União - TCU. O PIB per capita por unidade da Federação é um dos fatores utilizados para o cálculo das cotas do Fundo de Participação dos Municípios das Capitais - FPM-C, realizado anualmente pelo TCU.

É importante salientar que o Sistema de Contas Regionais, no novo modelo, ano de referência 2010, é totalmente integrado ao resultado final do Sistema de Contas Nacionais. O ajuste das Contas Regionais com as Contas Nacionais é realizado em valores correntes e constantes por atividade econômica e, no caso do PIB pela ótica da renda, somente em valores correntes.

2 – Implantação da série – Referência 2010

A dinâmica da economia exige que se mantenha uma permanente discussão entre os compiladores de contas nacionais em conjunto com organismos internacionais, procurando atualizar ou expandir metodologias de forma que melhor reflitam as modificações na economia e na sociedade. A publicação do novo manual internacional *System of National Accounts* - SNA 2008, a revisão da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE e o surgimento de novas fontes de dados para a economia brasileira indicaram a necessidade de atualização da série do Sistema de Contas Nacionais do Brasil. Nesse sentido, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, seguindo a sistemática de revisões periódicas, procedeu à implantação da série do Sistema de Contas Nacionais do Brasil – Referência 2010.

Uma das regras adotadas em um Sistema de Contas Nacionais é que mudanças profundas nas séries sejam feitas em períodos determinados, de forma a se evitar que os anos da série percam comparabilidade. Nessa concepção, é necessário destacar os conceitos utilizados. Adota-se a terminologia “referência” em “ano de referência” para o ano no qual é realizada uma grande intervenção em uma série do Sistema de Contas Nacionais. No ano de referência, é realizado um conjunto de mudanças, de forma que, para o ano determinado, o Sistema de Contas Nacionais a preços correntes seja estimado com o maior nível de detalhe, procedimento que leva tempo para ser desenvolvido.

O processo de implantação do novo ano de referência, iniciado em 2011, teve como principal ponto de revisão a incorporação das novas recomendações conceituais e metodológicas contidas no manual Sistema de Contas Nacionais 2008. A nova metodologia implementada pelo IBGE para o cálculo das Contas Nacionais do Brasil e, conseqüentemente para as Contas Regionais, passou a avaliar a economia com mais precisão.

A nova referência conservou como marco estrutural para os valores correntes, as pesquisas do IBGE: Pesquisa Industrial Anual – PIA, Pesquisa Anual da Indústria da Construção – PAIC, Pesquisa Anual do Comércio – PAC e Pesquisa Anual de Serviços – PAS.

As principais mudanças adotadas na revisão da série do Sistema de Contas Regionais são discriminadas a seguir:

- Incorporação das recomendações e modificações do manual internacional de Contas Nacionais das Nações Unidas, *System of National Accounts* - SNA 2008, em substituição à versão anterior de 1993;

- Adoção da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, versão 2.0, que ampliou as categorias das atividades de serviços, criou categorias específicas para as atividades de meio ambiente e passou a considerar a atividade de edição, integrada ou não à impressão, como uma atividade de serviço e não mais como atividade industrial;
- Inclusão do Censo Agropecuário de 2006 em substituição ao Censo Agropecuário de 1995-96 para atualização das estruturas agropecuárias das unidades da Federação;
- Introdução de resultados da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2008-2009 e da Pesquisa de Inovação – PINTEC, de 2011, esta última utilizada para regionalização da estimativa de Pesquisa e Desenvolvimento privado;
- Utilização dos dados do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Física nas novas estimativas. As informações dos registros administrativos da Receita Federal complementaram o âmbito do sistema de contas;
- Introdução da base de dados do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, para a regionalização da despesa com pessoal civil ativo de órgãos do poder executivo da esfera federal;
- Ampliação da fronteira da formação bruta de capital fixo – FBCF, que passou a considerar como produção todo gasto com Pesquisa e Desenvolvimento- P&D, tendo como destino a FBCF. Todos os gastos em softwares e bancos de dados deixaram de ser consumo intermediário e tornaram-se FBCF, além dos gastos militares do governo que também passaram a ser registrados como investimento;
- Tratamento das sedes das empresas. Na série anterior, as unidades unicamente a serviço da própria empresa não eram contabilizadas como unidade produtiva, seus gastos eram repartidos pelas unidades produtivas da empresa. O SNA 2008 recomenda que, quando possível, e no caso de impacto relevante, essa unidade seja identificada e lhe seja imputada produção de serviços administrativos cujo destino é o consumo intermediário das demais unidades da empresa. Esse tratamento somente foi possível para as empresas industriais, resultando na redução do valor adicionado bruto da indústria e do aumento correspondente nos serviços;
- Atualização da matriz de impostos: Reclassificação da Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS, que passou a ser considerado como imposto sobre produto e não mais imposto sobre a produção, com a redução do valor adicionado bruto e correspondente aumento do valor dos impostos líquidos de subsídios sobre o produto, não impactando o valor total do PIB. O Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis – ITBI deixou de ser classificado como imposto sobre o capital e passou a ser imposto sobre produto, incidindo especificamente sobre os produtos de edificações;
- A estimativa do aluguel imputado, baseada em métodos estatísticos, passou a utilizar o método de calibração, ou seja, ajustou os pesos amostrais da pesquisa a partir de informações sobre o universo pesquisado. O modelo anterior usava imputação de dados, empregando processos de regressões, que tinham como variáveis explicativas as características do imóvel, de seu setor censitário e da pessoa de referência, constantes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD. O aluguel imputado é uma estimativa de quanto o ocupante do imóvel próprio pagaria, a título de aluguel, pelo imóvel em que reside.

É importante notar que em relação ao manual de 2008 foram introduzidos não apenas aperfeiçoamentos em determinados conceitos mas, também, algumas modificações que impactaram os resultados do Produto Interno Bruto.

Com a aplicação dos novos critérios e fontes, foi constatado que a atividade Administração, saúde e educação públicas do Distrito Federal perdeu valor corrente e participação relativa no valor adicionado bruto total, acarretando diminuição do PIB, quando comparado à série referenciada em 2002, já divulgada. Essa mudança estrutural foi o ponto mais marcante na nova série do PIB-DF.

A redução observada na atividade pública concentrou-se no valor corrente da esfera federal. Com a introdução de uma nova fonte de dados, o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, em substituição às informações que vinham do Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, passou-se a dispor de dados mais consistentes sobre os servidores civis da União. Ambos os sistemas fazem parte da base de dados da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN/MF). O SIAFI é utilizado para a regionalização das demais despesas da esfera federal.

Assim, as informações fornecidas pelo SIAPE proporcionaram uma regionalização mais precisa da atividade. A redistribuição dos gastos do governo federal com o pagamento de salários foi realizada pela alocação das remunerações, identificando a unidade da Federação onde o servidor público federal recebe sua remuneração. A mudança afetou principalmente o Distrito Federal e o Rio Grande do Sul, que perderam valores. Por outro lado, São Paulo e Rio de Janeiro passaram a ter um valor corrente maior em função dessa nova base de dados.

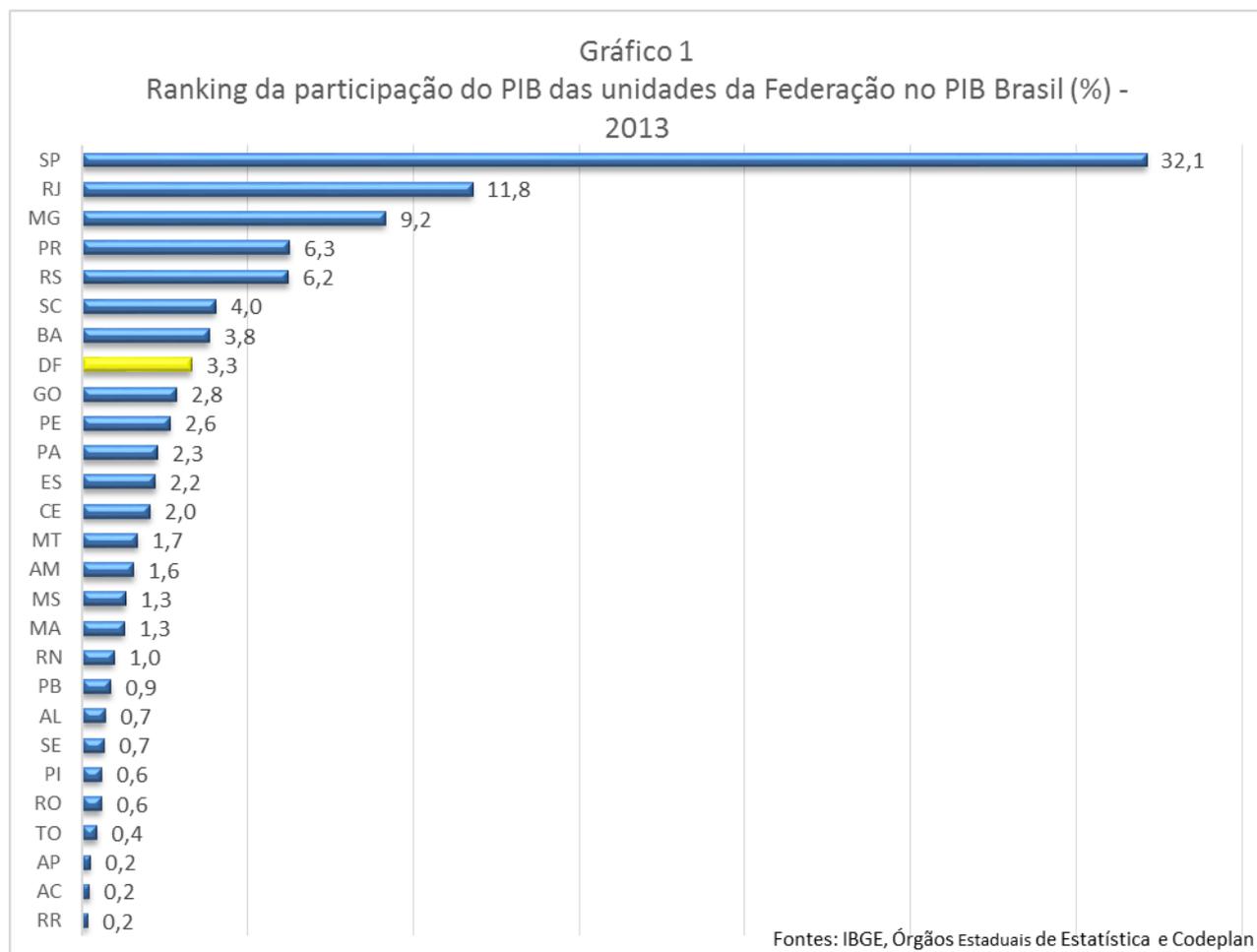
3 – Desempenho da economia do Distrito Federal - 2013

O Produto Interno Bruto do Distrito Federal – PIB-DF acumulou ao longo de 2013, em valores correntes, R\$ 175,363 bilhões, resultado que manteve o DF na oitava posição entre as maiores economias do Brasil desde o início da série, em 2010, quando o PIB-DF atingiu R\$ 144,168 bilhões. Em 2011, R\$ 154,468 bilhões e 2012, R\$ 163,881 bilhões.

Em 2013, a variação real anual do PIB-DF foi de 3,8% em relação a 2012, superior ao crescimento de 3,0% do PIB brasileiro, calculado pelo IBGE. No ano de 2012, o PIB local subiu 1,0% e em 2011, 3,7%, frente aos anos anteriores. O PIB do Brasil expandiu 1,9% em 2012 e 3,9% em 2011.

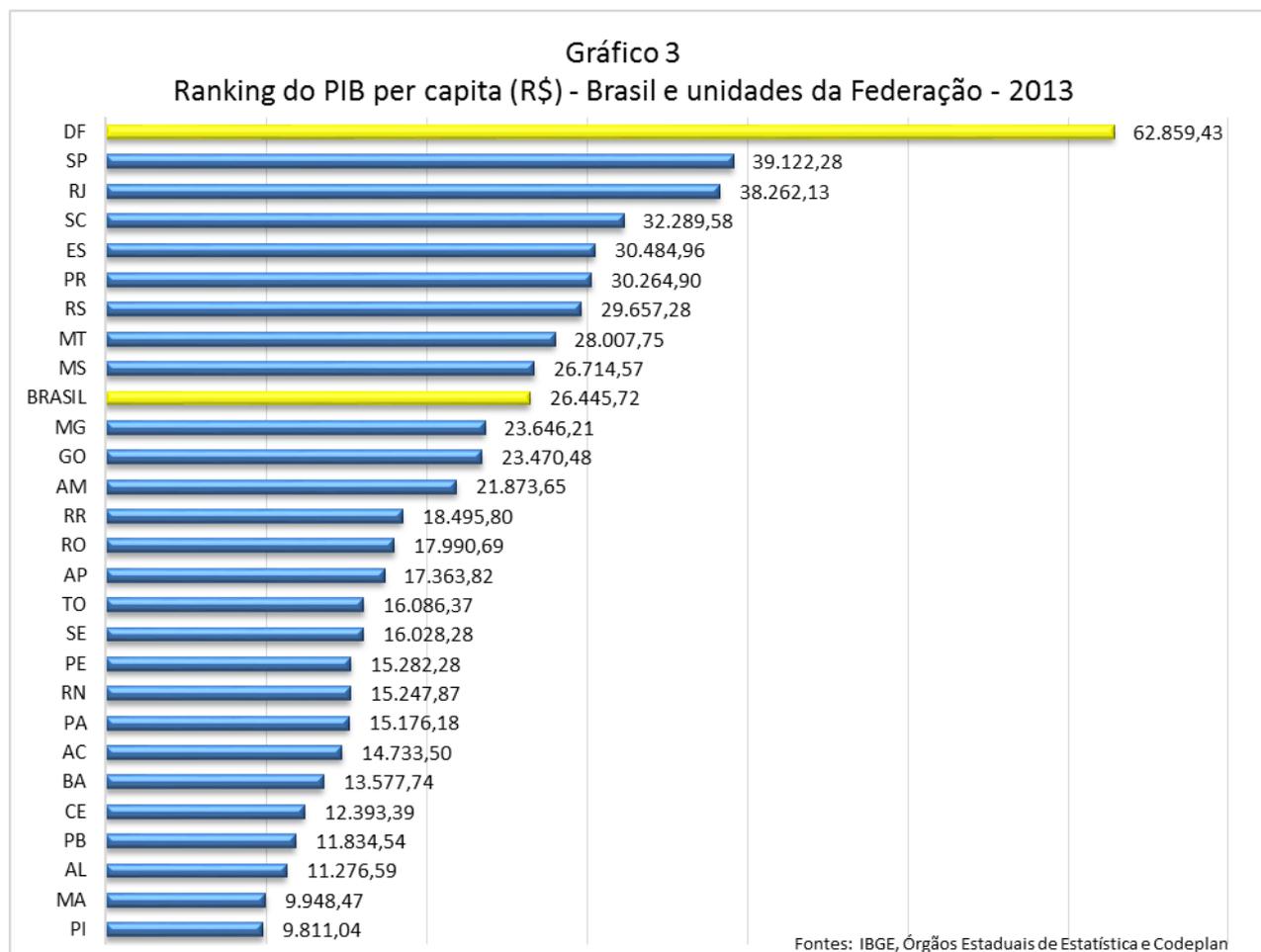
Ao longo da série, a participação do Distrito Federal no PIB nacional foi reduzindo gradativamente, passou de 3,7% em 2010 para 3,3% em 2013. Na Região Centro-Oeste, a participação do DF reduziu de 40,6% para 36,2% nos mesmos períodos, em virtude dos aumentos nas participações relativas de Goiás, de 30,1% para 31,2%, Mato Grosso, de 16,0% para 18,4% e Mato Grosso do Sul, de 13,3% para 14,3%.

O ranking da participação percentual do PIB das unidades da Federação no PIB do Brasil, em 2013, pode ser observado no Gráfico 1.



O Produto Interno Bruto per capita do Distrito Federal permaneceu na primeira posição, entre as unidades da Federação em todo o período de 2010 a 2013. Considerando a população do DF de 2,790 milhões de habitantes estimada para 2013, o PIB per capita foi calculado em R\$ 62.859,43, 2,4 vezes o PIB per capita nacional de R\$ 26.445,72, e 1,6 vezes o registrado em São Paulo, de R\$ 39.122,28, o segundo maior, e 9,5 vezes o do PiauÍ (R\$ 9.811,04) o menor do País. Vale ressaltar que o quantitativo populacional referido acima foi o enviado ao TCU, em 2013, para cálculo das cotas do Fundo de Participação dos Municípios.

O ranking do PIB per capita das unidades da Federação e do Brasil, em 2013, pode ser observado no Gráfico 2.



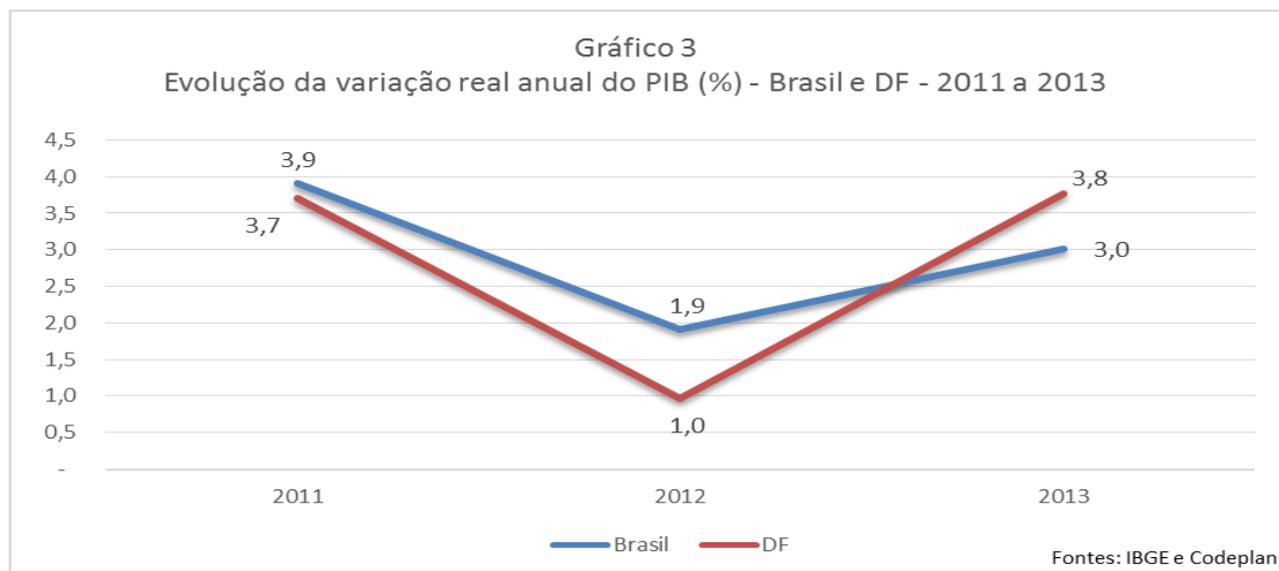
3.1 - Ótica da produção

A dimensão da produção permite estimar o valor adicionado bruto das atividades econômicas, expresso a preços correntes, bem como seus indicadores de crescimento real. O valor adicionado bruto é o saldo entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário, que somado aos impostos sobre produtos, líquidos de subsídios, resulta no PIB a preço de mercado.

O Produto Interno Bruto do Distrito Federal atingiu a cifra de R\$ 175,363 bilhões em 2013, resultado composto por R\$ 150,262 bilhões referentes ao valor adicionado bruto e R\$ 25,101 bilhões aos impostos sobre produtos líquidos de subsídios.

A taxa de crescimento real do PIB-DF expandiu 3,8% em 2013 ante 2012, superior à média brasileira de 3,0%. Contribuíram para esse desempenho as variações positivas de 3,7% do valor adicionado bruto e de 3,9% dos impostos sobre produtos líquidos de subsídios. No período de 2011 a 2013, o Distrito Federal acumulou crescimento real de 8,6%, com média anual de 2,8%.

A evolução da variação real anual do PIB Brasil e do PIB-DF, em termos percentuais, pode ser observada no Gráfico 3.



No valor adicionado de 2013, o setor industrial cresceu 3,9%, o de serviços, 3,8% e o agropecuário contraiu 20,1%.

Em 2013, o Distrito Federal preservou algumas das características mais peculiares de sua atividade econômica: alto nível de formalização do trabalho, renda elevada da população, pouca expressividade dos setores agropecuário e industrial e forte presença da administração pública.

A primeira característica pode ser corroborada pelos resultados do mercado de trabalho, cujos empregos formais chegaram a 1,302 milhão em 2013, representando acréscimo de 10,2% em relação ao ano anterior, com a criação de 120,6 mil postos, de acordo com a Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego. A segunda, conforme informações do Cadastro Central de Empresas – Cempre, do IBGE, pelo volume de salários e outras remunerações pagos ao longo do ano, que totalizaram R\$ 87,5 bilhões, um aumento nominal de 13,6% em relação a 2012, representando 6,6% do montante nacional. O salário médio mensal foi equivalente a 6,0 salários mínimos, praticamente o dobro do nacional, de 3,1 salários mínimos.

Agropecuária

Setor de pouca expressão na economia brasileira foi responsável por 0,3% do valor adicionado bruto. A Agropecuária totalizou R\$ 425 milhões no ano de 2013 e registrou decréscimo de 20,1%, após retrain 24,6% em 2012 e crescer 43,1% em 2011.

Analisando as atividades econômicas que compõem o setor, a Agricultura atingiu R\$ 431 milhões em 2013 e obteve variação real negativa de 3,3% frente a 2012, influenciada pelas reduções observadas na produção de feijão, -49,3% e soja, -13,6%, segundo dados da pesquisa Produção Agrícola Municipal - PAM, do IBGE.

A Pecuária alcançou R\$ 158 milhões em 2013 e expandiu 19,5% em termos reais, reflexo dos aumentos nas criações de aves e bovinos.

A nova série trouxe a atividade Produção florestal, pesca e aquicultura como novidade no setor Agropecuário. Na série anterior, a produção florestal integrava a Agricultura e a pesca e aquicultura juntavam-se à Pecuária. Este subsetor apresentou comportamento diferenciado nos

anos da nova série, o valor adicionado bruto foi negativo em R\$ 164 milhões em 2013. A partir de 2011, os custos cresceram mais que a produção, contribuindo negativamente no valor adicionado. Uma das explicações pode ser a adoção do Programa de Agricultura de Baixo Carbono ou Programa ABC, a partir daquele ano. O Programa, criado em 2010 pelo Governo Federal, incentiva práticas que ajudam reduzir a emissão de gases do efeito estufa, com práticas de recuperação de áreas degradadas, integração lavoura – pecuária - floresta, plantio direto, tratamento de resíduos animais e cultivo florestal. A maioria dos eucaliptos, plantados em áreas de lavoura no Distrito Federal, encontrava-se em fase de desenvolvimento no período 2011-2013, o que elevou os gastos com insumos até o ciclo completo de crescimento das árvores. O volume da produção não foi suficiente para cobrir os custos. Os produtores rurais adeptos ao Programa ganharão rentabilidade com a agregação de várias atividades na mesma área.

Vale ressaltar que a agropecuária brasiliense é desenvolvida em pequenas áreas, dada a dimensão territorial do Distrito Federal, e qualquer fator que atinja as áreas de cultivo, como efeito climático, infestação de pragas ou aplicação de novas técnicas e tecnologias interfere fortemente na produção, com grande impacto no índice do setor.

Indústria

O setor industrial assinalou alta de 3,9%, em 2013, na comparação com o ano anterior, gerando R\$ 9,701 bilhões no período. De 2010 a 2013, o setor foi perdendo participação relativa no valor adicionado total, passando de 7,6% em 2010 para 6,5% em 2013. Os valores agregados pelo setor de serviços à economia do Distrito Federal cresceram mais, nominalmente, que os valores agregados pela indústria.

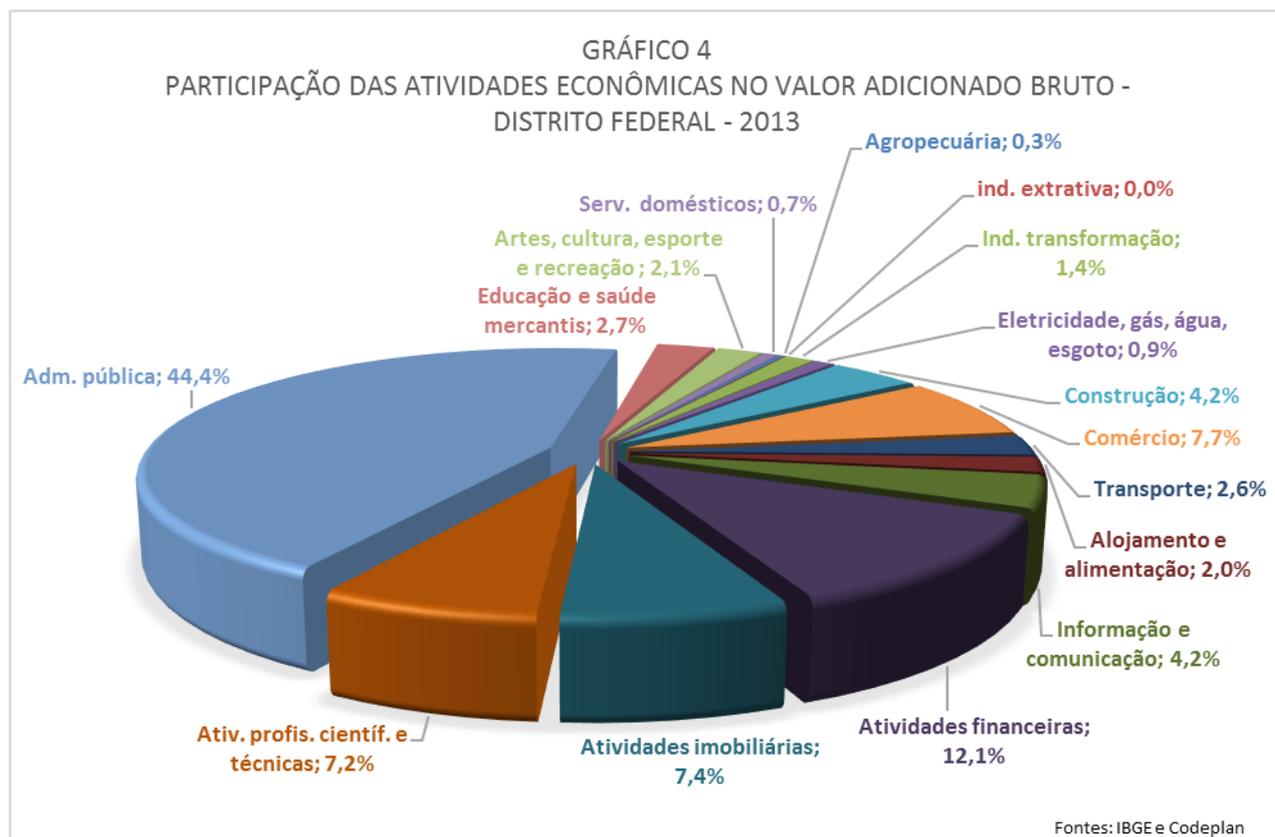
As atividades que mais contribuíram com o crescimento do setor foram Geração e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação, 9,8%, Indústria de transformação, 7,8% e Construção, 1,5%.

O valor adicionado da Indústria de transformação atingiu R\$ 2,035 bilhões em 2013, pouco abaixo do valor alcançado em 2012, R\$ 2,184 bilhões. A participação relativa na economia do Distrito Federal passou de 1,6% em 2012 para 1,4% em 2013 e pode ser explicada, em parte, pela elevação dos custos de produção, que não foram repassados para os preços finais dos produtos com a mesma intensidade. Contudo, a atividade registrou crescimento real de 7,8% no valor adicionado. Os segmentos mais representativos da indústria local foram fabricação de produtos de minerais não metálicos, fabricação de bebidas, fabricação de produtos alimentícios, impressão e reprodução de gravações e fabricação de produtos farmacêuticos e farmácias.

A Construção, responsável por 4,2% da atividade econômica local e 65,4% de toda a indústria no ano de 2013, atingiu R\$ 6,349 bilhões e cresceu 1,5% em relação ao ano anterior, refletindo a pouca intensidade em investimentos públicos e privados em obras. Em 2012, a atividade registrou acréscimo de 1,7% frente a 2011, quando cresceu 11,9%. O custo da construção em Brasília acumulou alta de 6,9% nos 12 meses de 2013, conforme dados da Fundação Getúlio Vargas - FGV, índice superior à inflação do Distrito Federal no período, que foi 5,97%. O custo com mão de obra registrou alta de 8,4%. O de materiais, equipamentos e serviços subiu 5,2%.

A atividade Geração e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação evoluiu 9,8% e Indústria extrativa caiu 17,6%. Juntas, as atividades representavam 0,9% da estrutura econômica do Distrito Federal.

A participação relativa das atividades econômicas no valor adicionado bruto total, em 2013, pode ser observada no Gráfico 4.



Serviços

O setor de serviços é preponderante na economia do Distrito Federal e com valor adicionado bruto de R\$ 140,135 bilhões aumentou sua participação de 92,7% em 2012 para 93,3% em 2013. O setor cresceu, em termos reais, 3,8% em relação a 2012, acumulando no período 2011-2013 alta de 7,4%, com média anual de 2,4%.

Das atividades que constituem o setor, as que apresentaram melhores desempenhos foram Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços, com 17,1%, Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares, com 14,2% e Atividades imobiliárias, com 10,2%. A primeira atividade evidencia os crescimentos nos segmentos de organizações associativas e serviços pessoais. A segunda aumentou sua participação de 6,7% em 2012 para 7,2% em 2013, resultado do dinamismo demonstrado pelo aumento de 10,6% no pessoal ocupado.

As Atividades imobiliárias tinham participação de 7,4% na estrutura produtiva do Distrito Federal, e o bom desempenho deve-se, em parte, ao aumento de 13,4% no número de domicílios alugados e 3,3% no número de domicílios próprios. Em 2012, os domicílios alugados tinham registrado queda de 1,6%, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, do IBGE.

Destacaram-se a seguir os Transportes, armazenagem e correio com crescimento de 3,2%, influenciado, principalmente, pelo subsetor de armazenagem. A Atividade contribuiu com R\$ 3,946 bilhões no valor adicionado total, com participação relativa de 2,6%.

A Administração, saúde, educação, pesquisa e desenvolvimento públicas, defesa e seguridade social, atividade com maior peso na economia do Distrito Federal, gerou valor

adicionado de R\$ 66,783 bilhões em 2013, passando a representar 44,4% de toda a atividade econômica, 0,8 ponto percentual acima dos 43,6% assinalados em 2012. A taxa de crescimento foi de 2,8% em igual período.

Concorreu para o desempenho positivo da atividade pública o total de 498,2 mil empregos, quantidade 16,7% maior que em 2012, compreendendo 38,3% do contingente de trabalhadores formais em 2013, conforme dados da RAIS/MTE. Segundo o Cempre/IBGE, o valor total dos salários e outras remunerações recebidas pelos ocupados na Administração pública, defesa e seguridade social, no Distrito Federal, foram 9,6% maior do que em 2012, atingindo R\$ 34,451 bilhões, o que representou 39,4% da massa salarial total do DF, que foi de R\$ 87,484 bilhões.

A atividade de Serviços de informação e comunicação aumentou sua participação relativa na economia do Distrito Federal de 3,7% em 2012 para 4,2% em 2013, resultado do valor adicionado de R\$ 6,339 bilhões no último ano. O crescimento real ficou em 2,0%. Indicadores de serviços de telefonia móvel, TV por assinatura e serviços de comunicação multimídia (banda larga fixa) atestam o desempenho favorável da atividade. O Distrito Federal encerrou o ano de 2013 com 6.107,9 mil linhas ativas na telefonia móvel, registrando acréscimo de 149,5 mil linhas, segundo a Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel. O acesso à TV paga subiu 12,7% em 2013, alcançando 458,2 mil assinaturas. O serviço de banda larga atingiu 541,5 mil acessos no ano.

O Comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas obteve valor adicionado de R\$ 11,586 bilhões em 2013. No ano anterior, havia alcançado R\$ 12,124 bilhões, o que contribuiu para a redução da participação relativa da atividade de 8,8% para 7,7%. Segundo informações da Pesquisa Mensal de Comércio – PMC, do IBGE, as variações negativas da receita nominal de vendas dos segmentos de veículos, motocicletas, partes e peças, de -7,4%, equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, de -6,9% e móveis, de -2,6% podem explicar, em parte, essa redução. O comércio de veículos é significativo no Distrito Federal, de alto valor agregado e, em 2013, a quantidade de licenciamentos de veículos novos ficou praticamente estável na comparação com o ano anterior, subindo 0,2%. Esses dados são da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – ANFAVEA. A expedição de licenciamentos para automóveis caiu 2,1%.

Em 2013, o Comércio assinalou crescimento real de 0,7%. De acordo com a PMC/IBGE, o comércio varejista no Distrito Federal apontou alta de 2,8% no volume de vendas ao longo de 2013, e o comércio varejista ampliado, que incorpora o componente atacadista, retraiu 0,3%. Dos segmentos pesquisados, as maiores médias anuais foram verificadas em artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, 12,3%; eletrodomésticos, 12,1%; combustíveis e lubrificante, 7,8%; e material de construção, 7,6%. Variações negativas foram computadas para os ramos de móveis, -12,0%; equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, -10,1%; veículos, motocicletas, partes e peças, -7,1%; livros, jornais, revista e papelaria, -5,1% e hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, -1,5%. A elevação da taxa anual Selic (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia) de 7,25% ao final de 2012 para 10,0% no encerramento de 2013, influenciou o desempenho da atividade comercial.

Atividades financeiras, seguros e serviços relacionados é a segunda atividade mais representativa na economia do Distrito Federal, com participação de 12,1 %, configurada pelos R\$ 18,164 bilhões de valor adicionado em 2013. Apesar de atuarem em todo o País, a presença, em Brasília, de grandes instituições financeiras, como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, confere peso expressivo à atividade no Distrito Federal.

A taxa de crescimento da atividade financeira chegou a 0,2% em 2013 após retraindo 6,1% em 2012. A recuperação da atividade pode ser confirmada pelo saldo total das operações de

crédito do Sistema Financeiro Nacional - SFN no Distrito Federal, que atingiu R\$ 72,096 bilhões em dezembro de 2013, com expansão nominal de 33,2% durante o ano. A carteira de crédito para pessoa física cresceu, no ano, 16,5% e para pessoa jurídica, 60,2%, segundo dados do Banco Central do Brasil.

Os serviços de Alojamento e alimentação e Educação e saúde mercantis apresentaram taxas negativas de -0,5% e -0,1%, respectivamente, em seu desempenho. A primeira atividade foi responsável por 2,0% da economia do Distrito Federal, e a segunda, por 2,7%.

Impostos

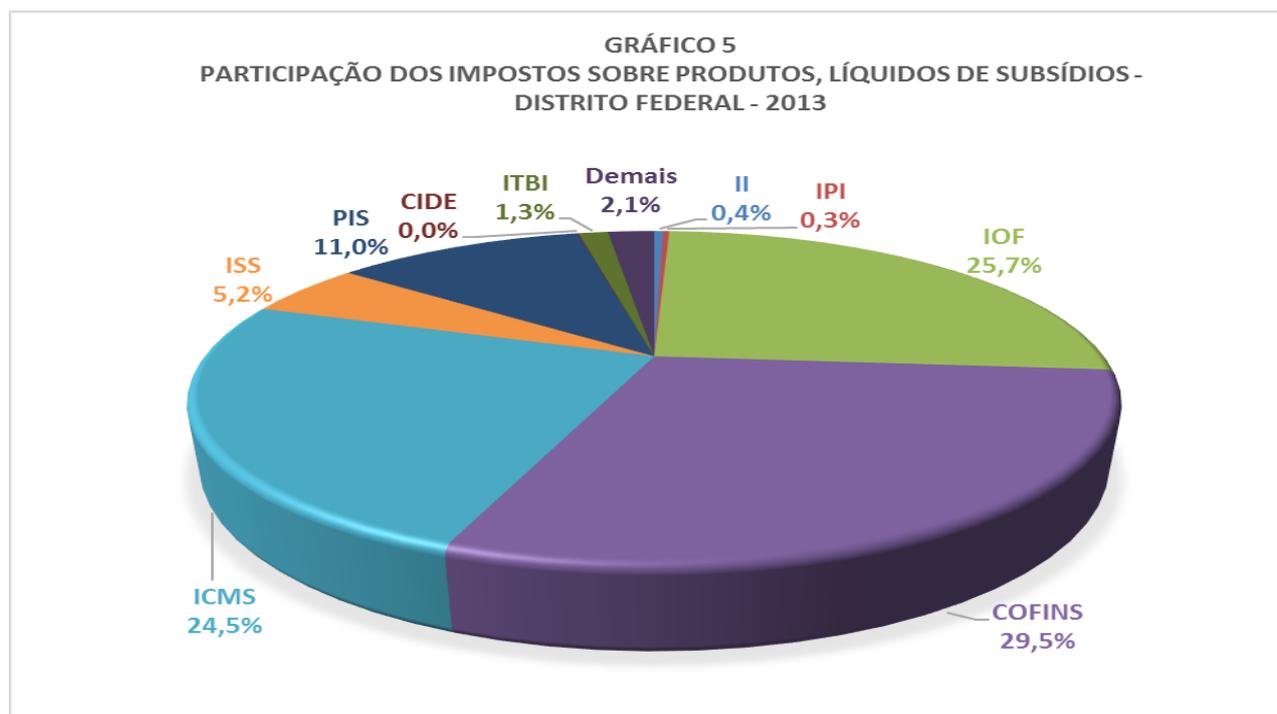
Os impostos sobre produtos, descontados os subsídios, cresceram, em termos reais, 3,9% em 2013. Foram arrecadados R\$ 25,101 bilhões no Distrito Federal, o que representou 14,3% do PIB.

Os impostos e subsídios sobre produtos, são elementos que constituem a passagem das contas a preços básicos, representadas pelo valor adicionado bruto, para preços do consumidor ou de mercado, representadas pelo Produto Interno Bruto.

No conjunto dos impostos sobre produtos, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foi a mais representativa no Distrito Federal, com participação de 29,5% em 2013. O segundo maior volume arrecadado foi do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros - IOF, com participação de 25,7%, seguido pelo Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, com 24,5%. Na nova série, a Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS passou a ser considerado como imposto sobre produto e contribuiu com 11,0% da arrecadação.

A maior representatividade da COFINS é peculiar ao Distrito Federal e se deve ao fato dos tributos administrados pela Receita Federal do Brasil serem recolhidos de forma centralizada no estabelecimento matriz da pessoa jurídica e por Brasília sediar importantes instituições financeiras, o que vale também para o IOF.

A participação relativa dos impostos sobre produtos, em 2013, pode ser observada no Gráfico 5.



3.2 - Ótica da renda

A implementação da Conta da Renda no Sistema de Contas Regionais é um avanço alcançado nesta nova série referenciada no ano de 2010. Pela primeira vez são divulgados para o Distrito Federal os componentes do Produto Interno Bruto pela ótica da renda, comparável com as demais unidades da Federação e compatível com o Brasil.

Nessa ótica, o PIB corresponde à soma de todos os rendimentos obtidos no processo de produção de bens e serviços e os impostos líquidos de subsídios sobre a produção e importação. Com a estimativa do PIB pela dimensão da renda, tornam-se possíveis as análises sobre o desdobramento do indicador em remuneração dos fatores de produção regional, ou seja, trabalho e capital, além dos impostos.

Em um sistema de contas nacionais, o valor adicionado bruto, medido pela diferença entre a produção e o consumo intermediário (ótica da produção) é idêntico à soma dos rendimentos gerados. Os componentes do valor adicionado bruto, pela ótica da renda são: remuneração dos empregados, excedente operacional bruto, rendimento misto e outros impostos sobre a produção.

A remuneração dos empregados é definida como total das remunerações, em dinheiro ou em espécie (bens e serviços), pagas por uma empresa a um empregado em troca do trabalho realizado por este durante um período contábil (SNA 2008). E divide-se em salários e contribuições sociais.

No Distrito Federal, a remuneração dos empregados atingiu R\$ 98,858 bilhões em 2013, composta por R\$ 76,936 bilhões referentes aos salários e R\$ 21,921 bilhões às contribuições sociais. A participação relativa no Produto Interno Bruto (R\$ 175,363 bilhões) representou 56,4%. Desses, 43,9% relativos aos salários. No Distrito Federal, a elevada participação da remuneração do trabalho no PIB-DF é explicada também pela elevada participação da administração pública na economia local, com grande contingente de servidores assalariados. No Brasil, as remunerações representavam 43,4% do PIB em 2013, com os salários sendo responsáveis por 34,3%.

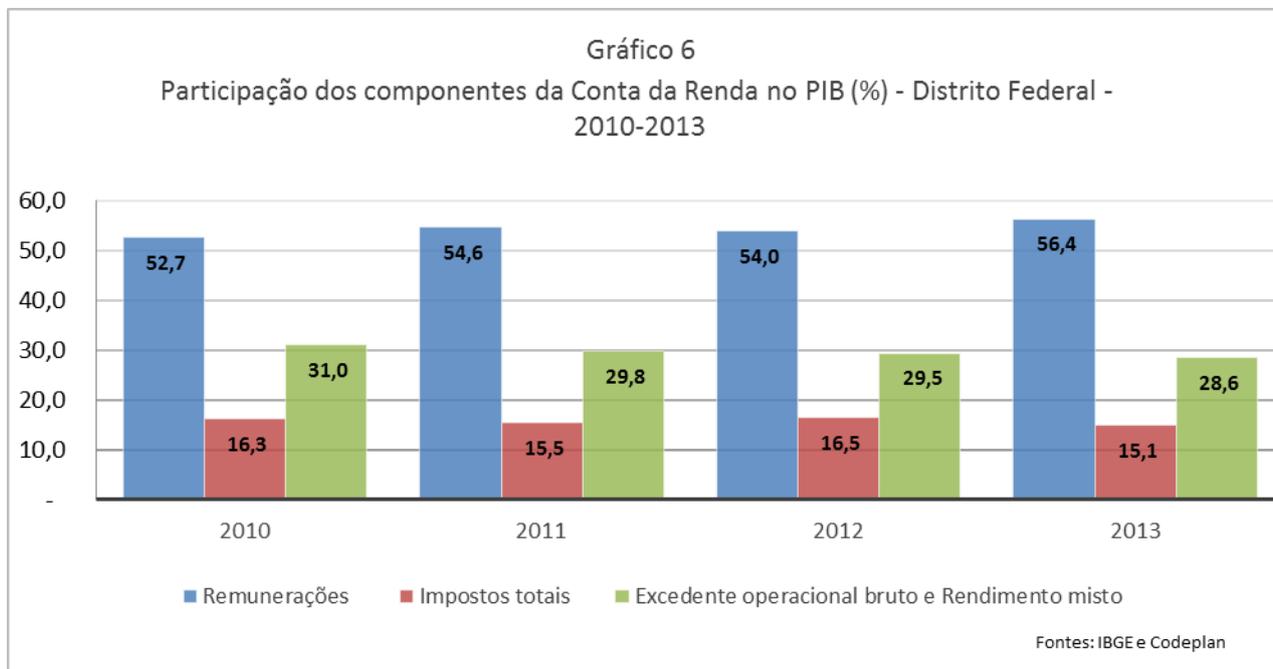
O aumento gradativo da participação relativa da remuneração dos empregados de 52,7% em 2010 para 56,4% em 2013 deve-se, em parte, ao aumento da formalização do trabalho, que chegou a 1,302 milhão de empregos em 2013, 10,2% a mais que no ano anterior e 18,4% do que em 2010, segundo a RAIS/IBGE.

O Excedente operacional bruto equivale à remuneração das empresas, o que sobra da renda gerada por estas depois de liquidados os compromissos com os empregados e o governo, na forma de impostos. O Rendimento misto corresponde aos rendimentos recebidos pelos titulares de empresas não constituídas em sociedades pertencentes às famílias, com ou sem empregados remunerados (SNA 2008). No Sistema de Contas Nacionais equivale ao rendimento obtido pelos empregadores e pelos trabalhadores por conta própria, quando não se pode identificar a renda proveniente do trabalho ou do capital. Como esse rendimento não é somente salário ou lucro é denominado rendimento misto.

No Produto Interno Bruto do DF, os resultados do Excedente operacional bruto e do Rendimento misto são apresentados em conjunto e alcançaram R\$ 50,075 bilhões em 2013. A participação relativa no PIB-DF foi reduzindo ao longo dos anos, caindo de 31,0% em 2010 para 28,6% em 2013. No PIB brasileiro, representavam 40,9% em 2013.

Os impostos na Conta da Renda são apresentados em Impostos sobre produto, líquidos de subsídios, no valor de R\$ 25,101 bilhões, em 2013, representando 14,3% do PIB-DF e Outros impostos sobre a produção, no valor de R\$ 1,329 bilhões, representando 0,8% do PIB local. No PIB nacional, foram responsáveis por 14,6% e 1,1%, respectivamente.

A evolução da participação dos componentes do Produto Interno Bruto do Distrito Federal, pela ótica da renda, pode ser observada no Gráfico 6.



4 – Tabelas

Tabela 1 - Produto Interno Bruto segundo as óticas da produção e da renda - Distrito Federal - 2010-2013

Componentes do Produto Interno Bruto	Valores correntes (R\$ milhão)			
	2010	2011	2012	2013
Ótica da Produção				
Produção	205.247	219.254	232.821	254.763
(-) Consumo Intermediário	83.632	87.724	94.781	104.501
(=) Valor Adicionado bruto	121.614	131.530	138.040	150.262
(+) Impostos sobre produto, líquidos de subsídios	22.554	22.938	25.841	25.101
(=) PIB - Ótica da Produção	144.168	154.468	163.881	175.363
Ótica da Renda				
Remunerações	75.923	84.407	88.577	98.858
Salários	59.028	65.424	69.059	76.936
Contribuições sociais	16.895	18.984	19.519	21.921
(+) Impostos totais	23.534	24.007	27.025	26.430
Impostos sobre produto, líquidos de subsídios	22.554	22.938	25.841	25.101
Outros impostos sobre produto, líquidos de subsídios	980	1.069	1.185	1.329
(+) Excedente Operacional Bruto e Rendimento Misto	44.712	46.054	48.278	50.075
(=) PIB - Ótica da Renda	144.168	154.468	163.881	175.363

Fontes: IBGE e Codeplan

Tabela 2 - Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto per capita, população residente e deflator - Distrito Federal - 2010-2013

Anos	Produto Interno Bruto		População residente (mil hab.) ⁽¹⁾	PIB per capita		Deflator
	Preço corrente (R\$ milhão)	Variação real anual (%)		Preço corrente (R\$)	Variação real anual (%)	Variação anual (%)
2010	144.168	-	2.562.963	56.250,67	-	-
2011	154.468	3,7	2.609.998	59.183,31	1,8	3,3
2012	163.881	1,0	2.648.532	61.876,08	-0,5	5,1
2013	175.363	3,8	2.789.761	62.859,43	-1,5	3,1

Fontes: IBGE e Codeplan - Elaboração Codeplan

1 Populações estimadas em 1º de julho e enviadas ao Tribunal de Contas da União - TCU a cada ano, para o cálculo das cotas do Fundo de Participação dos Municípios das Capitais.

Tabela 3 - Produto Interno Bruto e valor adicionado bruto segundo os setores e as atividades econômicas - Distrito Federal - 2010-2013

Setores e atividades econômicas	Distrito Federal - Valor corrente (R\$ milhão)			
	2010	2011	2012	2013
Agropecuária	328	560	431	425
Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	218	483	371	431
Pecuária, inclusive o apoio à Pecuária	96	113	105	158
Produção florestal; pesca e aquicultura	13	-36	-44	-164
Indústria	9.184	9.377	9.706	9.701
Indústria extrativa	35	24	24	27
Indústrias de transformação	1.892	2.197	2.184	2.035
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	1.394	1.122	1.217	1.290
Construção	5.864	6.034	6.281	6.349
Serviços	112.102	121.593	127.903	140.135
Comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas	8.996	9.596	12.124	11.586
Transporte, armazenagem e correio	3.345	3.694	3.915	3.946
Serviços de alojamento e alimentação	2.381	2.475	2.376	3.078
Serviços de informação e comunicação	4.994	4.882	5.109	6.339
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	16.620	17.511	17.639	18.164
Atividades imobiliárias	7.864	9.369	10.049	11.096
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	8.072	8.120	9.233	10.755
Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicas, defesa e seguridade social	53.849	59.472	60.179	66.783
Educação e saúde mercantis	2.959	3.253	3.621	4.086
Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços	2.226	2.341	2.686	3.229
Serviços domésticos	798	881	972	1.072
Valor Adicionado	121.614	131.530	138.040	150.262
Impostos sobre produtos, líquidos de subsídios	22.554	22.938	25.841	25.101
Produto Interno Bruto	144.168	154.468	163.881	175.363

Fontes: IBGE e Codeplan

Tabela 4 - Participação dos setores e atividades econômicas no valor adicionado bruto - Distrito Federal - 2010-2013

Setores e atividades econômicas	Participação no VAB (%)			
	2010	2011	2012	2013
Agropecuária	0,3	0,4	0,3	0,3
Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	0,2	0,4	0,3	0,3
Pecuária, inclusive o apoio à Pecuária	0,1	0,1	0,1	0,1
Produção florestal; pesca e aquicultura	0,0	0,0	0,0	-0,1
Indústria	7,6	7,1	7,0	6,5
Indústria extrativa	0,0	0,0	0,0	0,0
Indústrias de transformação	1,6	1,7	1,6	1,4
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	1,1	0,9	0,9	0,9
Construção	4,8	4,6	4,6	4,2
Serviços	92,2	92,4	92,7	93,3
Comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas	7,4	7,3	8,8	7,7
Transporte, armazenagem e correio	2,8	2,8	2,8	2,6
Serviços de alojamento e alimentação	2,0	1,9	1,7	2,0
Serviços de informação e comunicação	4,1	3,7	3,7	4,2
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	13,7	13,3	12,8	12,1
Atividades imobiliárias	6,5	7,1	7,3	7,4
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	6,6	6,2	6,7	7,2
Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicas, defesa e seguridade social	44,3	45,2	43,6	44,4
Educação e saúde mercantis	2,4	2,5	2,6	2,7
Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços	1,8	1,8	1,9	2,1
Serviços domésticos	0,7	0,7	0,7	0,7
Valor Adicionado	100,0	100,0	100,0	100,0

Fontes: IBGE e Codeplan

Tabela 5 - Participação do Produto Interno Bruto e do valor adicionado bruto do Distrito Federal no Brasil, segundo os setores e as atividades econômicas - 2010-2013

Setores e atividades econômicas	Participação DF/Brasil (%)			
	2010	2011	2012	2013
Agropecuária	0,2	0,3	0,2	0,2
Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	0,2	0,4	0,3	0,3
Pecuária, inclusive o apoio à Pecuária	0,2	0,2	0,2	0,3
Produção florestal; pesca e aquicultura	0,1	-0,2	-0,2	-0,8
Indústria	1,0	0,9	0,9	0,9
Indústria extrativa	0,0	0,0	0,0	0,0
Indústrias de transformação	0,4	0,4	0,4	0,4
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	1,5	1,1	1,2	1,4
Construção	2,8	2,6	2,4	2,2
Serviços	5,0	4,8	4,5	4,4
Comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas	2,2	2,0	2,2	1,9
Transporte, armazenagem e correio	2,4	2,2	2,1	1,9
Serviços de alojamento e alimentação	3,4	3,0	2,5	2,8
Serviços de informação e comunicação	3,9	3,6	3,4	4,0
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	7,4	7,5	6,9	6,8
Atividades imobiliárias	2,9	3,0	2,8	2,6
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	3,3	2,9	2,9	3,0
Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicas, defesa e seguridade social	10,0	9,9	9,2	8,9
Educação e saúde mercantis	3,0	2,9	2,7	2,7
Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços	3,6	3,5	3,6	3,9
Serviços domésticos	2,0	2,0	2,1	2,0
Valor Adicionado	3,7	3,5	3,4	3,3
Impostos sobre produtos, líquidos de subsídios	3,9	3,5	3,6	3,2
Produto Interno Bruto	3,7	3,5	3,4	3,3

Fontes: IBGE e Codeplan

Tabela 6 - Participação das Grandes Regiões e das Unidades da Federação no Produto Interno Bruto do Brasil - 2010-2013				
Grandes Regiões e Unidades da Federação	Participação no PIB Brasil (%)			
	2010	2011	2012	2013
BRASIL	100,0	100,0	100,0	100,0
NORTE	5,3	5,5	5,4	5,5
Rondônia	0,6	0,6	0,6	0,6
Acre	0,2	0,2	0,2	0,2
Amazonas	1,6	1,6	1,5	1,6
Roraima	0,2	0,2	0,2	0,2
Pará	2,1	2,3	2,2	2,3
Amapá	0,2	0,2	0,2	0,2
Tocantins	0,4	0,4	0,4	0,4
NORDESTE	13,5	13,3	13,6	13,6
Maranhão	1,2	1,2	1,3	1,3
Piauí	0,6	0,6	0,6	0,6
Ceará	2,0	2,0	2,0	2,0
Rio Grande do Norte	0,9	0,9	1,0	1,0
Paraíba	0,9	0,8	0,9	0,9
Pernambuco	2,5	2,5	2,7	2,6
Alagoas	0,7	0,7	0,7	0,7
Sergipe	0,7	0,7	0,7	0,7
Bahia	4,0	3,8	3,8	3,8
SUDESTE	56,1	56,1	55,9	55,3
Minas Gerais	9,0	9,1	9,2	9,2
Espírito Santo	2,2	2,4	2,4	2,2
Rio de Janeiro	11,6	11,7	11,9	11,8
São Paulo	33,3	32,8	32,4	32,1
SUL	16,0	15,9	15,9	16,5
Paraná	5,8	5,9	5,9	6,3
Santa Catarina	4,0	4,0	4,0	4,0
Rio Grande do Sul	6,2	6,1	6,0	6,2
CENTRO-OESTE	9,1	9,1	9,2	9,1
Mato Grosso do Sul	1,2	1,3	1,3	1,3
Mato Grosso	1,5	1,6	1,7	1,7
Goiás	2,7	2,8	2,9	2,8
Distrito Federal	3,7	3,5	3,4	3,3

Fontes: IBGE, Órgãos Estaduais de Estatística e Codeplan

Tabela 7 - Participação dos componentes do Produto Interno Bruto segundo as óticas da produção e da renda - Distrito Federal - 2010-2013

Componentes do Produto Interno Bruto	Participação no DF (%)				Participação do DF no Brasil (%)			
	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
Ótica da Produção								
(=) Valor Adicionado	84,4	85,2	84,2	85,7	3,7	3,5	3,4	3,3
(+) Impostos sobre produto, líquidos de subsídios	15,6	14,8	15,8	14,3	3,9	3,5	3,6	3,2
(=) PIB - Ótica da Produção	100,0	100,0	100,0	100,0	3,7	3,5	3,4	3,3
Ótica da Renda								
Remunerações	52,7	54,6	54,0	56,4	4,7	4,6	4,3	4,3
Salários	40,9	42,4	42,1	43,9	4,6	4,5	4,2	4,2
Contribuições sociais	11,7	12,3	11,9	12,5	5,0	4,8	4,5	4,5
(+) Impostos totais	16,3	15,5	16,5	15,1	3,8	3,4	3,5	3,2
Impostos sobre produto, líquidos de subsídios	15,6	14,8	15,8	14,3	3,9	3,5	3,6	3,2
Outros impostos sobre produto, líquidos de subsídios	0,7	0,7	0,7	0,8	2,3	2,3	2,3	2,2
(+) Excedente Operacional Bruto e Rendimento Misto	31,0	29,8	29,5	28,6	2,7	2,5	2,4	2,3
(=) PIB - Ótica da Renda	100,0	100,0	100,0	100,0	3,7	3,5	3,4	3,3

Fontes: IBGE e Codeplan

Tabela 8 - Variação real do Produto Interno Bruto e do valor adicionado bruto segundo os setores e as atividades econômicas - Distrito Federal - 2010-2013					
Setores e atividades econômicas	Variação real (%)				
	2011	2012	2013	Acumulada no período	Média anual
Agropecuária	30,9	-24,6	-20,1	-21,2	-7,6
Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	48,1	-23,2	-3,3	10,0	3,2
Pecuária, inclusive o apoio à Pecuária	14,4	-18,4	19,5	11,6	3,7
Produção florestal; pesca e aquicultura	-135,8	15,2	214,9	-229,8	-209,1
Indústria	8,9	1,7	3,9	15,0	4,8
Indústria extrativa	-5,7	11,2	-17,6	-13,6	-4,7
Indústrias de transformação	8,4	0,2	7,8	17,1	5,4
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	-2,6	3,8	9,8	11,1	3,6
Construção	11,9	1,7	1,5	15,5	4,9
Serviços	3,0	0,5	3,8	7,4	2,4
Comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas	-1,3	0,8	0,7	0,1	0,0
Transporte, armazenagem e correio	2,1	-1,5	3,2	3,7	1,2
Serviços de alojamento e alimentação	8,1	2,3	-0,5	10,0	3,2
Serviços de informação e comunicação	-2,3	6,3	2,0	5,9	1,9
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	3,4	-6,1	0,2	-2,8	-0,9
Atividades imobiliárias	4,5	0,0	10,2	15,2	4,8
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	15,2	-3,2	14,2	27,3	8,4
Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicas, defesa e seguridade social	2,2	2,7	2,8	7,9	2,6
Educação e saúde mercantis	2,1	2,7	-0,1	4,7	1,5
Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços	-3,8	-3,3	17,1	8,9	2,9
Serviços domésticos	1,3	-1,9	1,5	0,9	0,3
Valor Adicionado	3,5	0,5	3,7	7,9	2,6
Impostos sobre produtos, líquidos de subsídios	4,8	3,6	3,9	12,9	4,1
Produto Interno Bruto	3,7	1,0	3,8	8,6	2,8

Fontes: IBGE e Codeplan

Tabela 9 - Variação real do Produto Interno Bruto do Brasil e das unidades da Federação - 2010-2013

Unidades da Federação	Variação real do PIB (%)				
	2011	2012	2013	Acumulada no período	Média anual
BRASIL	3,9	1,9	3,0	9,1	2,9
Rondônia	5,5	3,1	0,6	9,4	3,1
Acre	4,0	6,7	2,0	13,3	4,2
Amazonas	10,4	1,8	4,4	17,3	5,5
Roraima	3,7	4,7	5,9	15,0	4,8
Pará	4,3	3,4	2,8	10,9	3,5
Amapá	4,6	9,6	3,2	18,3	5,8
Tocantins	8,6	5,1	2,4	16,9	5,3
Maranhão	6,1	4,0	4,8	15,7	5,0
Piauí	5,2	5,3	2,4	13,4	4,3
Ceará	3,8	1,6	5,0	10,7	3,4
Rio Grande do Norte	5,0	1,0	4,0	10,3	3,3
Paraíba	6,3	3,8	5,8	16,7	5,3
Pernambuco	4,5	4,2	2,9	12,1	3,9
Alagoas	4,8	1,8	0,7	7,4	2,4
Sergipe	5,0	1,2	1,1	7,4	2,4
Bahia	2,1	2,8	1,3	6,3	2,1
Minas Gerais	2,4	3,3	0,4	6,2	2,0
Espírito Santo	8,1	-0,6	0,1	7,5	2,4
Rio de Janeiro	2,5	1,9	1,2	5,7	1,9
São Paulo	3,7	1,5	2,9	8,3	2,7
Paraná	4,5	-0,1	5,6	10,2	3,3
Santa Catarina	3,5	1,6	3,6	9,0	2,9
Rio Grande do Sul	4,4	-2,1	8,2	10,6	3,4
Mato Grosso do Sul	3,5	6,0	6,6	17,0	5,4
Mato Grosso	5,9	11,0	3,7	21,9	6,8
Goiás	5,9	4,5	3,0	14,0	4,5
Distrito Federal	3,7	1,0	3,8	8,6	2,8

Fontes: IBGE, Órgãos Estaduais de Estatística e Codeplan

Glossário

Atividade econômica - conjunto de unidades de produção caracterizado pelo produto produzido, classificado conforme sua produção principal.

Consumo intermediário - bens e serviços utilizados como insumos no processo de produção.

Deflator - variação média dos preços nos períodos em relação à média de preços do período anterior.

Excedente operacional bruto - Saldo resultante do valor adicionado bruto deduzido das remunerações pagas aos empregados, do rendimento misto e dos impostos líquidos de subsídios incidentes sobre a produção.

Imposto sobre a produção e importação - Impostos, taxas e contribuições pagos pelas unidades de produção, comercialização, a importação e a exportação de bens e serviços e sobre a utilização dos fatores de produção.

Impostos sobre produtos - Impostos, taxas e contribuições que incidem sobre os bens e serviços quando produzidos ou importados, distribuídos, vendidos, transferidos ou de outra forma disponibilizados pelos seus proprietários.

Ocupações - Medida do fator de trabalho utilizado pelas atividades produtivas, equivalente aos postos de trabalho.

Outros impostos sobre a produção - Impostos, taxas e contribuições que incidem sobre o emprego de mão de obra e sobre o exercício de determinadas atividades ou operações.

Produto interno bruto - Total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes destinados ao consumo final sendo, portanto, equivalente à soma dos valores adicionados pelas diversas atividades econômicas acrescida dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos. O produto interno bruto também é equivalente à soma dos consumos finais de bens e serviços valorados a preço de mercado sendo, também, equivalente à soma das rendas primárias. Pode, portanto, ser expresso por três óticas: a) da produção - o produto interno bruto é igual ao valor bruto da produção, a preços básicos, menos o consumo intermediário, a preços de consumidor, mais os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos; b) da demanda - o produto interno bruto é igual a despesa de consumo das famílias, mais o consumo do governo, mais o consumo das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias (consumo final), mais a formação bruta de capital fixo, mais a variação de estoques, mais as exportações de bens e serviços, menos as importações de bens e serviços; c) da renda - o produto interno bruto é igual à remuneração dos empregados, mais o total dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação, mais o rendimento misto bruto, mais o excedente operacional bruto.

Remuneração dos empregados - Despesas efetuadas pelos empregadores (salários mais contribuições sociais) com seus empregados em contrapartida do trabalho realizado.

Rendimento misto bruto - Remuneração recebida pelos proprietários de empresas não constituídas em sociedade (autônomos), que não pode ser identificada separadamente se proveniente do capital ou do trabalho.

Subsídios à produção - Transferências correntes sem contrapartida das administrações públicas destinadas a influenciar os níveis de produção, os preços dos produtos ou a remuneração das unidades institucionais envolvidas no processo produtivo, permitindo que o consumidor dos respectivos produtos ou serviços seja beneficiado por preços inferiores aos que seriam fixados no mercado, na ausência dos subsídios.

Valor adicionado bruto - Valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.